



A DOCTRINA DO CHOQUE

Título original: THE SHOCK DOCTRINE: THE RISE OF DISASTER CAPITALISM

Copyright © 2007 by Naomi Klein

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.
Rua Bambina, 25 – Botafogo – 22251-050
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 2131-1111 – Fax: (21) 2286-6755
<http://www.novafrenteira.com.br>
e-mail: sac@novafrenteira.com.br

48001037191

DOAÇÃO/JU-SCIENCIAS JURIDICAS

Registro No. 557.003 Data: 29/9/2010

Autor: KLEIN, NAOMI

Título: A DOUTRINA DO CHOQUE: A ASCENSAO DO CAPITALISMO DE DESASTRE

Preço: 40,00

Doador: PROF. ABIL L. CASTRO DE LIMA

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

K72d

Klein, Naomi

A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre / Naomi Klein ; tradução Vania Cury. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2008.

Tradução de: The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism

ISBN 978-85-209-2071-8

1. Livre iniciativa. 2. Crises financeiras. 3. Capitalismo.
I. Título.

CDD 330.122

CDU 330.142.1

Para Avi, mais uma vez

⁵⁴ Ian Bruce, "Soldier of Fortune Deaths Go Missing in Iraq", *Herald* (Glasgow), 13 de janeiro de 2007; Brian Brady, "Mercenaries to Fill Iraq Troop Gap", *Scotland on Sunday* (Edimburgo), 25 de fevereiro de 2007; Michelle Roberts, "Iraq War Exacts Toll on Contractors", Associated Press, 24 de fevereiro de 2007.

⁵⁵ Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, "Background Note: 31 de dezembro de 2006", Operações das Forças de Paz das Nações Unidas, www.un.org; James Glanz e Floyd Norris, "Report Says Iraq Contractor Is Hiding Data from U.S.", *New York Times*, 28 de outubro de 2006; Brady, "Mercenaries to Fill Iraq Troop Gap".

⁵⁶ NOTA DE RODAPÉ: James Boxell, "Man of Arms Explores New Areas of Combat", *Financial Times* (Londres), 11 de março de 2007.

⁵⁷ Inspetor-Geral Especial para a Reconstrução do Iraque, *Iraq Reconstruction: Lessons in Contracting and Procurement*, julho de 2006, páginas 98-99, www.sigir.mil; George W. Bush, State of the Union Address, Washington, DC, 23 de janeiro de 2007.

⁵⁸ Guy Dinmore, "US Prepares List of Unstable Nations", *Financial Times* (Londres), 29 de março de 2005.

A ZONA VERDE MÓVEL

ZONAS AMORTECEDORAS E MUROS DETONADOS

Diante da possibilidade de começar de novo, pode-se iniciar, fundamentalmente, pelo principal limite, o que é uma coisa muito boa. Essa oportunidade é um privilégio, pois há outros lugares que não têm sistemas como esse ou estão presos a sistemas que se encontram ultrapassados há cem ou duzentos anos. De certo modo, essa é uma vantagem para o Afeganistão: começar de novo, de modo diferente, com as melhores idéias e o melhor conhecimento técnico.

— Paul O'Neill, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em novembro de 2002, após a invasão de Cabul.

ESVAZIANDO A PRAIA

“O SEGUNDO TSUNAMI”

O tsunami que desobstruiu a beira-mar, como uma máquina de terraplenagem gigantesca, presenteou os incorporadores imobiliários com uma oportunidade jamais sonhada, e eles se mexeram rapidamente para abocanhá-la.

— Seth Mydans, *International Herald Tribune*, 10 de março de 2005¹

FUI ATÉ A PRAIA NO AMANHECER, com a esperança de encontrar alguns pescadores antes que eles entrassem nas águas de cor turquesa para mais um dia de trabalho. Era o mês de julho de 2005 e a praia estava quase deserta, embora houvesse ali alguns catamarãs de madeira, pintados à mão, tendo ao seu lado uma pequena família que se preparava para partir. Roger, de quarenta anos de idade, estava sentado no chão com seu sarongue, sem camisa, consertando uma rede vermelha emaranhada, junto com seu filho Ivan. Jenita, mulher de Roger, circundava o barco balançando uma latinha com incenso sendo queimado. “Estou pedindo sorte”, explicou assim o seu ritual, “e segurança”.

Pouco tempo atrás, aquela praia e dezenas de outras iguais a ela, de cima a baixo da costa do Sri Lanka, tinham sido objeto de uma grande missão de salvamento, após o desastre natural mais devastador dos últimos tempos — o tsunami de 26 de dezembro de 2004, que tirou a vida de 250 mil pessoas e deixou 2,5 milhões de seres humanos desabrigados por toda a região.² Seis meses depois, vim para o Sri Lanka, um dos países mais duramente afetados, para ver como os esforços de reconstrução ali podiam ser comparados aos do Iraque.

Minha companheira de viagem foi Kumari, ativista de Colombo que havia participado do esforço de salvamento e reabilitação e concordara em servir de guia e intérprete na

região devastada pelo tsunami. Nossa rota começou na Baía de Arugam, uma vila destruída de pescadores e de veraneio, na costa leste da ilha, que estava sendo encarada pela equipe governamental encarregada da reconstrução como vitrine de seus planos para “reconstruir melhor”.

Roger, que conhecemos ali, nos deu uma versão muito diferente, em apenas cinco minutos. Ele o denominou de “um plano para tirar os pescadores da praia”. E ainda argumentou que aquele plano de retirada maciça antecederia a onda gigante, mas o tsunami, como muitos outros desastres, estava sendo explorado para fazer avançar um projeto profundamente impopular. Roger nos contou que, durante quinze anos, sua família passou a temporada de pesca numa cabana de palha, na praia da Baía de Arugam, perto de onde estávamos sentados. Junto com dezenas de outras famílias, guardavam seus barcos ao lado das cabanas e secavam seu pescado em folhas de bananeira, colocadas sobre a fina areia branca. Coexistiam facilmente com os turistas, formados na maior parte por surfistas australianos e europeus, que se hospedavam em albergues em torno da praia, com suas redes puídas penduradas na porta e música dos clubes noturnos de Londres tocando em alto-falantes colocados no topo das palmeiras. Os restaurantes compravam peixes diretamente dos barcos, e os pescadores, com seus coloridos estilos de vida tradicionais, forneciam o brilho de autenticidade que a maioria dos viajantes rústicos estava procurando.

Durante muito tempo, não houve conflitos específicos entre os hotéis e os pescadores da Baía de Arugam, em parte porque a guerra civil que prosseguia no Sri Lanka não permitia que nenhuma atividade crescesse além de uma pequena escala. A costa leste da ilha assistiu a uma das piores batalhas, pois era reivindicada por ambos os lados — os Tigres Libertadores do Tamil Eelam (conhecidos como Tigres do Tamil), ao norte, e o governo central singalês em Colombo —, mas não chegou a ser totalmente controlada por nenhuma das partes. Para chegar à Baía de Arugam, era preciso navegar por um labirinto de postos de controle e correr o risco de ser apanhado num tiroteio ou num bombardeio suicida (os Tigres do Tamil são apontados como inventores do cinto de explosivos suicida). Todos os guias turísticos continham advertências rigorosas para que se evitasse a instável costa leste do Sri Lanka; suas ondas eram reconhecidamente boas, mas só valiam a pena em casos muito especiais.

O grande evento ocorreu em fevereiro de 2002, quando Colombo e os Tigres assinaram um acordo de cessar-fogo. Não foi exatamente a paz, mas uma pausa tensa nas ações, pontuada por bombardeios ou assassinatos ocasionais. Apesar dessas condições precárias, assim que as estradas foram abertas, os guias turísticos começaram a retratar a costa leste como a próxima Phuket: surfe espetacular, praias maravilhosas, hotéis moder-

nosos, comida bem temperada, *raves* sob a lua cheia (...) “uma região de festa animada”, de acordo com a publicação *Lonely Planet*.³ E a Baía de Arugam se tornou o centro da ação. Ao mesmo tempo, a abertura de postos de controle significou que pescadores de todo o país podiam retornar, em grande número, para algumas das águas mais fartas da costa leste, inclusive a Baía de Arugam.

A praia estava ficando lotada. A Baía de Arugam foi zoneada como porto de pescaria, mas os proprietários dos hotéis locais começaram a reclamar que as cabanas atrapalhavam sua vista e que a fragrância da secagem dos peixes enjoava seus clientes (um hoteleiro, que era holandês expatriado, me disse que “há uma coisa chamada poluição de cheiro”). Alguns hoteleiros iniciaram uma campanha junto ao governo local, para realocar os barcos e as cabanas dos pescadores numa outra baía, que fosse menos popular entre os estrangeiros. Os moradores lutaram contra, argumentando que viviam naquelas terras há gerações e que a Baía de Arugam era mais do que um ancoradouro de barcos — ela tinha água fresca e eletricidade, escolas para seus filhos e compradores para seu pescado.

Essas tensões ameaçaram explodir cerca de seis meses antes do tsunami, quando ocorreu um misterioso incêndio na praia, no meio da noite. Vinte e quatro cabanas de pescadores foram reduzidas a cinzas. Como Roger me contou, ele e sua família “perdemos tudo, todos os nossos pertences, nossa redes e cordas”. Kumari e eu falamos com muitos pescadores na Baía de Arugam, e todos afirmaram que o incêndio foi criminoso. E culparam os proprietários de hotéis, que, obviamente, queriam a praia só para eles.

No entanto, se o incêndio fora um artifício para assustar os pescadores, não funcionou; os moradores do lugar se tornaram mais determinados do que nunca a ficar, e aqueles que perderam suas cabanas rapidamente as reergueram.

Quando o tsunami chegou, fez o trabalho que o incêndio não havia conseguido realizar: limpou a praia por completo. Todas as frágeis estruturas foram arrastadas — cada barco, cada cabana de pescador, assim como cabanas e bangalôs turísticos. Numa comunidade de apenas quatro mil pessoas, 350 haviam morrido, e muitas delas eram como Roger, Ivan e Jenita, que ganhavam a vida no mar.⁴ Ainda assim, sob os escombros e detritos, jazia aquilo que a indústria do turismo há muito esperava — uma praia imaculada, completamente livre da incômoda e poluidora presença de pessoas trabalhando, um Éden para as férias. De cima a baixo da costa, estava tudo igual: uma vez que a sujeira fosse retirada, o que restaria era... um paraíso.

Quando a situação de emergência amainou, as famílias de pescadores voltaram para os locais onde antes ficavam suas casas, mas foram recebidas pela polícia, que as proibiu de reconstruírem. “Novas regras”, disseram a elas — nada de casas na praia, e tudo tinha de ficar

pelo menos duzentos metros atrás da marca da água. Muitos teriam aceitado construir em pontos mais distantes da água, mas não havia terras disponíveis ali, deixando os pescadores sem ter para onde ir. A nova “zona amortecedora” estava sendo imposta não apenas na Baía de Arugam, mas em toda a costa leste. As praias estavam interditadas.

O tsunami matou cerca de 35 mil habitantes do Sri Lanka e desabrigou quase um milhão. Pequenos pescadores, como Roger, constituíram 80% das vítimas; em algumas áreas, esse número subiu para 98%. Para receber rações alimentares e pequenas quantias em dinheiro, milhares de pessoas se mudaram das praias para os acampamentos temporários no interior do país. Muitos deles eram formados por barracões amplos e soturnos, feitos de lata, onde o calor era tão insuportável que muitos preferiam dormir do lado de fora. Com o passar do tempo, esses acampamentos foram se tornando sujos e as doenças proliferaram, sob a mira de soldados armados com metralhadoras.

Oficialmente, o governo declarou que a zona amortecedora era uma medida de segurança, criada para impedir a repetição do ataque devastador de outro tsunami. Na aparência, fazia sentido, mas havia um problema óbvio nos argumentos utilizados para justificá-la — ela não estava sendo aplicada à indústria do turismo. Ao contrário, os hotéis eram encorajados a se expandir na valiosa orla oceânica, onde os pescadores viveram e trabalharam. Os *resorts* foram completamente isentados das regras da zona amortecedora — enquanto classificassem suas construções como “reparos”, não importando quão próximas da água estivessem, ficariam livres e limpos. Assim, ao longo de toda a Baía de Arugam, operários da construção civil martelavam e furavam. “Os turistas não precisam temer um tsunami?”, Roger queria saber.

Para ele e seus companheiros, a zona amortecedora se parecia muito mais com uma desculpa para o governo fazer o que gostaria de ter feito, antes da onda: expulsar os pescadores da praia. O pescado que eles tiravam da água era suficiente para o sustento de suas famílias, mas não contribuía para o crescimento econômico, segundo a avaliação de instituições como o Banco Mundial, e a terra que antes fora ocupada por suas cabanas podia ser destinada, sem dúvida, a usos mais lucrativos. Um pouco antes de minha chegada, um documento denominado “Plano de Desenvolvimento dos Recursos da Baía de Arugam” vazou para a imprensa e confirmou os piores temores da comunidade de pescadores. O governo federal havia contratado uma equipe de consultores internacionais para desenvolver um projeto de reconstrução da Baía de Arugam, e esse plano era o seu resultado. Embora somente as propriedades localizadas na beira da praia tivessem sido destruídas pelo tsunami, e ainda que a cidade continuasse de pé, a proposta determinava que a Baía de Arugam fosse aplanada, reconstruída e transformada de vilarejo à beira-mar com charme hippie “em destino turístico de *boutique*” — com *resorts* de cinco

estrelas, chalés para ecoturismo ao custo de trezentos dólares a diária, ancoradouro para hidroaviões e heliporto. O relatório enfatizava que a Baía de Arugam deveria servir de modelo para cerca de trinta novas “zonas turísticas” próximas, convertendo a costa leste do Sri Lanka, anteriormente abalada pela guerra, na Riviera do Sudeste Asiático.⁵

As vítimas do tsunami — centenas de famílias de pescadores, que costumavam viver e trabalhar na praia — foram excluídas das impressões e dos planos daqueles “artistas da reconstrução”. O relatório explicou que os moradores das vilas seriam removidos para outras localidades adequadas, algumas a muitos quilômetros de distância do oceano. Para tornar as coisas ainda piores, o projeto de desenvolvimento de oitenta milhões de dólares seria financiado com dinheiro de ajuda, levantado em nome das vítimas do tsunami.

Foram os rostos chorosos dessas famílias de pescadores e outras como elas, na Tailândia e na Indonésia, que mobilizaram o histórico afluxo de generosidade internacional após o tsunami — parentes empilhados em mesquitas, mães em prantos tentando identificar um bebê afogado, filhos tragados pelo mar. Todavia, para comunidades como as da Baía de Arugam, “reconstrução” significou apenas a destruição deliberada de sua cultura e modo de vida e o roubo de sua terra. Como disse Kumari, todo o processo de reconstrução resultaria na “vitimização das vítimas, na exploração dos explorados”.

Quando o plano se tornou conhecido, espalhou ódio por todo o país, e mais ainda na Baía de Arugam. Assim que Kumari e eu chegamos à cidade, fomos arrastadas por uma multidão de centenas de manifestantes, vestidos numa mistura caleidoscópica de saris, sarongues, *hijabs* e chinelos. Eles se juntaram na praia e estavam começando a marcha, que passaria na frente dos hotéis, na cidade vizinha de Pottuvil, sede do governo local.

Enquanto marchavam diante dos hotéis, um jovem de camiseta branca com um megafone vermelho liderava os manifestantes com palavras de ordem. “Não queremos, não queremos...”, gritou ele, e a multidão respondeu: “Hotéis turísticos!” Depois, ele bradou: “Branco...”, e o povo retrucou: “Vão embora!” (Kumari traduziu do tâmil, com suas desculpas.) Um outro jovem, com a pele curtida pelo sol e o mar, pegou o microfone e berrou: “Nós *queremos*, nós *queremos*...”, e as respostas vieram voando: “Nossas terras de volta! Nossas casas de volta! Um porto pesqueiro! Nosso dinheiro da ajuda!” “Fome, fome!”, o jovem soltou a voz, e a multidão redarguiu: “Os pescadores estão com fome!”

Fora dos portões do distrito governamental, os líderes da marcha acusaram seus representantes eleitos de abandono, corrupção e desperdício do dinheiro da ajuda, que era destinado aos pescadores, “com dotes para suas filhas e jóias para suas esposas”. Eles falaram ainda de favores especiais que foram feitos a singaleses, da discriminação contra os muçulmanos e do fato de que “estrangeiros lucravam com a nossa miséria”.

Era pouco provável que seus gritos surtiram algum efeito. Em Colombo, eu conversei com o dirigente do Conselho de Turismo do Sri Lanka, Seenivasagam Kalaiselvam, um burocrata de meia-idade, que tinha o mau hábito de se beneficiar dos milhões de dólares que chegavam ao país. Perguntei-lhe o que seria feito dos pescadores de lugares como a Baía de Arugam. Ele se recostou na cadeira de vime e explicou: “No passado, na orla oceânica, havia muitos estabelecimentos não-autorizados (...) construídos fora das normas do plano turístico. Com o tsunami, o que aconteceu de bom para o turismo foi que a maioria desses estabelecimentos não-autorizados [foi] afetada, e os prédios não estão mais lá.” Se os pescadores voltarem e reconstruírem, explicou ele, “nós seremos forçados a demolir novamente. (...) A praia vai ficar limpa”.

Não tinha começado assim. Quando Kumari foi pela primeira vez à costa leste, nos dias seguintes ao tsunami, ninguém da ajuda oficial havia chegado ainda. Isso significava que qualquer pessoa podia ser trabalhador substituto, médico, cozeiro. As barreiras étnicas que dividiam aquela região foram subitamente eliminadas. “Os muçulmanos corriam para a zona tãmeis para enterrar os mortos”, recordou ela, “e o povo tãmeis corria para o lado muçulmano para comer e beber. Habitantes do interior do país mandavam dois embrulhos de comida por dia, cada um, o que era bastante, tendo em vista sua pobreza. Não queriam nada em troca; era apenas o sentimento de ‘ajudar um vizinho; ajudar irmãs, irmãos, filhas, mães’. Apenas isso”.

Ajudas interculturais semelhantes ocorriam em todo o país. Adolescentes do povo tãmeis dirigiam seus tratores para fora das fazendas, a fim de encontrar cadáveres. Crianças cristãs doavam seus uniformes escolares para servirem de mortalhas brancas nos funerais muçulmanos, enquanto mulheres hindus entregavam os seus saris brancos. Era como se aquela invasão de água salgada e entulho fosse tão poderosamente humilhante que, além de destruir lares e estradas, também levasse junto consigo ódios intratáveis, feudos de sangue e a disputa para saber quem havia matado quem por último. Para Kumari, que trabalhara durante anos com grupos de paz que tentaram fazer a ponte entre as linhas divisórias, era impressionante ver aquela tragédia sendo enfrentada com tamanha decência. Em vez de falar incansavelmente sobre a paz, os habitantes do Sri Lanka, em seu momento de maior tensão, estavam de fato vivendo-a como realidade.

Parecia que o país também podia contar com ajuda internacional em seus esforços de recuperação. No princípio, o auxílio não veio dos governos, que foram lentos em sua resposta, mas partiu de indivíduos que viram o desastre na televisão: em escolas na Europa, crianças arrecadaram fundos com a venda de bolos e doces e o recolhimento de garrafas PET para reciclagem; músicos organizaram concertos cheios de celebridades; grupos re-

ligiosos fizeram coleta de roupas, cobertores e dinheiro. Os cidadãos, então, exigiram que seus governos correspondessem à sua generosidade, com ajuda oficial. Em seis meses, foram levantados treze bilhões de dólares — um recorde mundial.⁶

Nos primeiros meses, grande parte do dinheiro da reconstrução chegou aos destinatários pretendidos: ONGs e agências de ajuda levaram comida e água de emergência, barracas e macas; os países ricos mandaram equipes médicas e suprimentos. Os campos foram construídos como paliativos, para dar um teto às pessoas, enquanto seus lares permanentes estavam sendo edificadas. Sem dúvida, havia dinheiro suficiente para erguer aquelas casas. No entanto, quando cheguei ao Sri Lanka, seis meses depois, o progresso havia parado; quase não existiam lares permanentes, e os campos temporários começavam a se parecer menos com abrigos emergenciais e mais com favelas entrincheiradas.

Pessoas que trabalhavam na ajuda reclamavam que o governo do Sri Lanka estava erguendo barreiras a todo momento — primeiro, ao determinar a zona amortecedora; depois, ao se recusar a providenciar terrenos alternativos para construção; e, em seguida, ao encomendar uma série interminável de estudos e planos inteligentes de especialistas externos. Enquanto os burocratas discutiam, os sobreviventes do tsunami esperavam em seus campos sufocantes do interior, vivendo de rações, muito longe do mar para voltarem a pescar. As demoras eram atribuídas à burocracia e à má administração, mas, de fato, havia muito mais coisas em jogo.

Antes da onda: planos frustrados

O grande plano para refazer o Sri Lanka antecedia o tsunami em dois anos. Começou quando a guerra civil terminou e os atores habituais chegaram ao país para planejar sua entrada na economia mundial — os mais proeminentes foram a USAID, o Banco Mundial e sua ramificação, o Banco Asiático de Desenvolvimento. Criou-se um consenso de que a vantagem competitiva mais significativa do Sri Lanka era o fato de que a região não tinha sido colonizada pela globalização em curso, em decorrência de sua guerra duradoura. Mesmo sendo um país tão pequeno, o Sri Lanka ainda possuía um considerável montante de vida selvagem — leopardos, macacos, milhares de elefantes. Suas praias não continham edificações altas e suas montanhas eram pontuadas por templos e locais sagrados de hindus, budistas e muçulmanos. O melhor de tudo, como exaltou a USAID, era “que tudo estava contido num espaço do tamanho da Virgínia Ocidental”.⁷

No plano, as florestas do Sri Lanka, que representavam abrigo efetivo para os combatentes da guerrilha, seriam abertas aos ecoturistas aventureiros, que montariam nos elefantes e saltariam nos cipós feito o Tarzan, da mesma forma que fazem na Costa Rica.

Suas religiões, que foram cúmplices em inúmeros derramamentos de sangue, seriam recondicionadas para alimentar as necessidades espirituais dos visitantes ocidentais — monges budistas cuidariam de centros de meditação, mulheres hindus dançariam com exuberância nos hotéis, clínicas de medicina aiurvédica amenizariam dores e males.

Em suma, o resto da Ásia podia continuar com as fábricas em que os operários trabalhavam em péssimas condições, recebendo baixos salários, com os centros de telemarketing e com os frenéticos mercados de ações; o Sri Lanka estaria lá, esperando pelos capitães dessas indústrias, quando eles precisassem de um lugar para se recuperar. Em razão, justamente, da enorme riqueza criada nos outros postos avançados do capitalismo desregulado, o dinheiro não seria objeção quando chegasse a hora de aproveitar a combinação perfeitamente calibrada de luxo e rusticidade, aventura e atendimento solícito. Os consultores estrangeiros estavam convencidos de que o futuro do Sri Lanka repousava em cadeias como a Aman Resorts, que havia aberto, recentemente, duas propriedades maravilhosas na costa sudoeste, com diárias de oitocentos dólares e piscinas em cada suíte.

O governo dos Estados Unidos ficou tão entusiasmado com o potencial do Sri Lanka como destinação turística de alto nível, com todas as possibilidades para cadeias de hotéis e agências de viagens, que a USAID lançou um programa para organizar a indústria de turismo local, nos moldes dos poderosos grupos de lobistas de Washington. É de sua responsabilidade o aumento do orçamento destinado à promoção do turismo, “de menos de quinhentos mil dólares por ano para aproximadamente dez milhões de dólares anuais”.⁸ Enquanto isso, a embaixada dos Estados Unidos implantou o Programa de Competitividade, um posto avançado destinado a ampliar os interesses econômicos estadunidenses no país. O diretor do programa, um economista grisalho chamado John Varley, me disse que considerou pequeno o pensamento da Agência de Turismo do Sri Lanka quando esta planejou atrair um milhão de turistas por ano, no final daquela década. “Pessoalmente, acho que esse número poderia ser dobrado.” Peter Harrold, o inglês que dirige as operações do Banco Mundial no Sri Lanka, me disse: “Sempre pensei em Bali como o termômetro perfeito.”

Não resta dúvida de que o turismo de alto nível é um mercado em franca expansão. Os rendimentos gerais dos hotéis de luxo, em que as diárias custam, em média, 405 dólares, subiram cerca de 70% entre 2001 e 2005 — nada mal para um período que inclui a recessão do pós-11 de Setembro, a guerra no Iraque e a elevação dos preços do combustível. Sob vários aspectos, o crescimento fenomenal do setor é um subproduto da extrema desigualdade que resultou do triunfo generalizado da economia da Escola de Chicago. Alheia ao estado geral da economia, agora existe uma grande elite composta por novos

multimilionários e bilionários, que é vista por Wall Street como o grupo dos “superconsumidores”, capaz de carregar sozinha a demanda dos consumidores. Ajay Kapur, antigo dirigente do grupo Smith Barney de estratégia global de investimentos, de Nova York, pertencente ao Citigroup, estimula seus clientes a investirem em sua “cesta plutonômica” de ações, destacando companhias como Bulgari, Porsche, Four Seasons e Sotheby’s. “Se a plutonomia continuar, e nós acreditamos que continuará, se a desigualdade de renda for autorizada a persistir e aumentar, a cesta plutonômica ficará muito bem.”⁹

Todavia, antes que o Sri Lanka pudesse cumprir seu papel de parque de diversões do círculo plutonômico, algumas áreas precisavam de drásticos melhoramentos — e rápido. Em primeiro lugar, para atrair os hotéis de alta qualidade, o governo deveria eliminar as barreiras à propriedade privada da terra (cerca de 80% da terra do país pertenciam ao Estado).¹⁰ Eram necessárias leis trabalhistas mais flexíveis, pelas quais os investidores contratariam pessoal para seus *resorts*. E também era preciso modernizar a infra-estrutura — rodovias, aeroportos, sistemas de água e eletricidade. No entanto, como o país estava endividado pela compra de armas, o governo não podia arcar com o pagamento desses aprimoramentos. Os negócios habituais entraram em oferta: empréstimos do Banco Mundial e do FMI, em troca de acordos para abrir a economia à privatização e às “parcerias público-privadas”.

Todos esses planos e termos foram cuidadosamente organizados no *Regaining Sri Lanka*, o programa de terapia de choque do país aprovado pelo Banco Mundial e finalizado no começo de 2003. Seu principal defensor local foi um político e empresário chamado Mano Tittawella, que tinha grande semelhança com Newt Gingrich, tanto física quanto ideologicamente.¹¹

Como todos os demais planos de terapia de choque, o *Regaining Sri Lanka* exigiu muitos sacrifícios em nome da partida rumo ao rápido crescimento econômico. Milhões de pessoas teriam de abandonar as vilas tradicionais, a fim de liberar as praias para os turistas e a terra para os hotéis e estradas. O que restasse da pesca seria dominado por grandes pesqueiros industriais, que operariam de portos de águas profundas — e não por barcos de madeira lançados a partir das praias.¹² E, é claro, como foi o caso em circunstâncias similares, de Buenos Aires a Bagdá, haveria demissões maciças nas empresas estatais, e os preços dos serviços teriam de ser aumentados.

O problema, para os defensores do plano, foi que muitos habitantes do Sri Lanka simplesmente não acreditaram que seu sacrifício valeria a pena. Era o ano de 2003, e a fé cega na globalização já havia sido extinta, em especial depois dos horrores da crise econômica da Ásia. O legado da guerra também se transformou num obstáculo. Milhares de pessoas tinham perdido suas vidas, em nome de “nação”, “pátria” e “território”. Agora que

a paz tinha chegado, enfim, pedia-se aos mais pobres que deixassem os pequenos lotes de terra e propriedades que possuíam — uma horta, uma casa simples, um barco — para que as redes Marriott ou Hilton pudessem construir um campo de golfe (enquanto os habitantes dos vilarejos podiam seguir carreira como vendedores ambulantes nas ruas de Colombo), Parecia um negócio horroroso, e os nativos do país reagiram à altura.

O projeto *Regaining Sri Lanka* foi rejeitado, primeiro, por meio de uma onda de greves militantes e protestos de rua, e depois, de modo decisivo, pelas eleições. Em abril de 2004, os habitantes do Sri Lanka desafiaram todos os especialistas estrangeiros e seus parceiros locais e votaram numa coalizão de centro-esquerda e de marxistas, que prometeu rasgar em pedaços o texto integral do *Regaining Sri Lanka*.¹³ Na época, alguns dos principais esquemas de privatização ainda não haviam sido aprovados, inclusive os de água e eletricidade, e os projetos das rodovias estavam sendo contestados na justiça. Para aqueles que sonharam em construir um parque de diversões para a plutonomia, foi um grande revés: 2004 deveria ter sido o Ano Zero do novo Sri Lanka, amigável com os investidores e privatizado; agora, todàs as apostas estavam suspensas.

Oito meses depois dessas eleições fatídicas, ocorreu o tsunami. Entre aqueles que lamentaram o fim do *Regaining Sri Lanka*, o significado do evento foi rapidamente compreendido. O governo recentemente eleito precisaria de bilhões de dólares dos credores estrangeiros para reconstruir os lares, estradas, escolas e ferrovias do país, que foram destruídos pela tempestade — e os credores sabiam bem que, diante de uma crise devastadora, até mesmo os nacionalistas mais comprometidos subitamente se tornavam flexíveis. Quanto aos agricultores e pescadores militantes, que bloquearam rodovias e encenaram manifestações para barrar as primeiras tentativas de desocupar a terra para o desenvolvimento, bem, eles estavam ocupados com outra coisa naquele momento.

Depois da onda: uma segunda chance

Em Colombo, o governo nacional mudou imediatamente, para provar aos países ricos, que controlavam os dólares da ajuda, que estava pronto para renunciar ao seu passado. A presidente Chandrika Kumaratunga, eleita com uma plataforma abertamente contrária à privatização, declarou que o tsunami havia sido, para ela, uma espécie de epifania religiosa, que a ajudara a ver a luz do livre mercado. Ela viajou até a costa devastada pela tempestade e, pisando sobre os escombros, proclamou: “Nós somos um país abençoado com inúmeros recursos naturais e não fazemos uso integral dos mesmos. (...) Assim, a própria natureza deve ter pensado ‘isso é o bastante’ e nos atingiu por todos os lados, ensinando-nos uma lição para ficarmos juntos.”¹⁴ Era uma interpretação inédita

— o tsunami como castigo divino pela incapacidade de vender as praias e florestas do Sri Lanka.

A penitência começou imediatamente. Apenas quatro dias depois do impacto da onda, o governo de Kumaratunga aprovou uma lei que pavimentou o caminho para a privatização da água, um plano contra o qual os cidadãos resistiam há anos. É claro que, agora, com o país ainda enlameado pela água do mar e as covas ainda por cavar, poucos sequer sabiam que isso tinha acontecido — um senso de oportunidade parecido com a da nova lei do petróleo, no Iraque. O governo também escolheu esse momento de extrema dificuldade para tornar a vida ainda mais dura, elevando o preço da gasolina — um gesto destinado a mandar, aos credores, uma mensagem inconfundível sobre a responsabilidade fiscal de Colombo. E começou, além disso, a desenvolver uma legislação para fragmentar a companhia nacional de eletricidade, com planos de abri-la ao setor privado.¹⁵

Herman Kumara, chefe do Movimento de Solidariedade Nacional dos Pescadores, que representa os barcos pequenos, se referiu à reconstrução como “um segundo tsunami da globalização corporativa”. Ele a viu como uma tentativa deliberada de explorar os constituintes, na hora em que se encontravam mais machucados e enfraquecidos — assim como a pilhagem sucede a guerra, este segundo tsunami se apressou a seguir o primeiro. “O povo foi veementemente contrário a essas políticas no passado”, disse-me ele. “Mas agora ele passa fome nos campos e só pensa numa forma de sobreviver, no dia seguinte — não tem lugar para dormir, não tem lugar para estar, perdeu sua fonte de renda, não tem idéia de como vai se alimentar no futuro. É nessas circunstâncias que o governo prossegue com seu plano. Quando o povo se recuperar, vai descobrir o que foi decidido, mas aí o estrago já terá sido feito.”

Se os emprestadores de Washington foram capazes de se mexer rapidamente para explorar o tsunami, foi porque já tinham feito uma coisa bastante semelhante anteriormente. O ensaio final para o capitalismo de desastre pós-tsunami aconteceu num episódio pouco examinado, que se seguiu ao furacão Mitch.

Em outubro de 1998, por toda uma interminável semana, o Mitch estacionou sobre a América Central, varrendo a costa e as montanhas de Honduras, Guatemala e Nicarágua, engolindo vilas inteiras e matando mais de nove mil pessoas. Aqueles países já empobrecidos não conseguiriam se reerguer sem uma ajuda externa generosa — e ela veio, mas a um custo bastante alto. Nos dois meses que se seguiram ao impacto do Mitch, tendo o país entulho, cadáveres e lama até os joelhos, o congresso hondurenho aprovou leis que permitiram a privatização dos aeroportos, portos e rodovias, e apressou os planos

para privatizar a companhia estatal de telefone, a companhia elétrica nacional e partes do setor de água. Também suprimiu as leis progressistas de reforma agrária, tornando muito mais fácil, para os estrangeiros, a compra e a venda de propriedades, e aceitou uma nova lei radicalmente favorável às mineradoras (elaborada pela indústria), que reduziu os padrões de proteção ambiental e facilitou a retirada de pessoas cujas casas ficassem no caminho das novas minas.¹⁶

Aconteceu a mesma coisa nos países vizinhos: nos dois meses seguintes ao Mitch, a Guatemala anunciou os planos para vender seu sistema de telefonia, e a Nicarágua fez o mesmo com sua empresa elétrica e o seu setor de petróleo. De acordo com o *Wall Street Journal*, “o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional jogaram todo o seu peso na venda [da telefonia], tornando-a uma condição para liberar quase 47 milhões de dólares de ajuda anual pelos próximos três anos e vinculando-a, no caso da Guatemala, ao abatimento de 4,4 bilhões de dólares da dívida externa do país”.¹⁷ A privatização da telefonia não tinha nada a ver com a reconstrução posterior ao furacão, é claro, a não ser dentro da lógica dos capitalistas de desastre das instituições financeiras de Washington.

Nos anos seguintes, as vendas continuaram frequentemente com preços abaixo do valor de mercado. Os compradores, em sua maioria, eram antigas companhias estatais de outros países, que haviam sido privatizadas e agora corriam o mundo em busca de novas aquisições que pudessem aumentar o preço de suas participações. A Telmex, companhia telefônica mexicana privatizada, arrematou a empresa de telecomunicações da Guatemala; a Unión Fenosa, empresa de energia espanhola, ficou com as firmas energéticas da Nicarágua; o Aeroporto Internacional de São Francisco, agora privatizado, comprou os quatro aeroportos hondurenhos. A Nicarágua vendeu 40% de sua companhia de telefone por apenas 33 milhões de dólares, embora a PricewaterhouseCoopers houvesse estimado o seu valor em oitenta milhões de dólares.¹⁸ “A destruição traz consigo a oportunidade para investimentos estrangeiros”, anunciou o ministro das Relações Exteriores da Guatemala, numa viagem ao Fórum Econômico de Davos, em 1999.¹⁹

Na ocasião do baque do tsunami, Washington estava pronto para conduzir o modelo-Mitch ao próximo nível — objetivando não apenas novas leis individuais, mas o controle direto das corporações sobre o processo de reconstrução. Qualquer país afetado por um desastre, na escala do tsunami de 2004, precisa de um plano completo de reconstrução, capaz de fazer uso inteligente dos fluxos de ajuda externa e de garantir que os recursos cheguem aos destinatários desejados. Contudo, a presidente do Sri Lanka, sob pressão dos emprestadores de Washington, decidiu que o plano não poderia ser confiado aos políticos eleitos de seu governo. Em vez disso, apenas uma semana depois que o tsunami

tinha varrido a costa, ela criou um órgão inteiramente novo, chamado de Força-Tarefa para Reconstruir a Nação. Esse grupo, e não o Congresso do Sri Lanka, teria poder total para desenvolver e implementar um plano inteligente para um novo país. A força-tarefa era formada pelos executivos empresariais mais poderosos do país, de bancos e indústrias. E não apenas de qualquer indústria — cinco dos dez membros da força-tarefa tinham *holdings* no setor de turismo praiano, representando alguns dos maiores *resorts* do país.²⁰ Não havia ninguém dos setores de pesca ou agricultura na força-tarefa, nenhum *expert* em meio ambiente ou cientista, ou mesmo especialista em reconstrução de desastres. O presidente era Mano Tittawella, ex-czar da privatização. “Essa é a oportunidade para construir uma nação-modelo”, declarou ele.²¹

A criação da força-tarefa era um novo tipo de golpe de Estado corporativo, realizado por meio da força de um desastre natural. No Sri Lanka, assim como em muitos outros países, as políticas da Escola de Chicago vinham sendo bloqueadas pelas regras normais da democracia; as eleições de 2004 provaram isso. Mas, com os cidadãos do país se reunindo para enfrentar uma emergência nacional, e os políticos desesperados para desbloquear o dinheiro da ajuda, os desejos expressos dos eleitores podiam ser sumariamente colocados de lado e substituídos pelo comando direto, não eleito, da indústria — um primeiro passo para o capitalismo de desastre.

Assim sendo, em apenas dez dias, e sem sair da capital, os líderes empresariais da força-tarefa foram capazes de elaborar um projeto completo de reconstrução nacional, que ia de construção de moradias a auto-estradas. Foi esse plano que exigiu as zonas amortecedoras e, gentilmente, isentou os hotéis. A força-tarefa também redirecionou o dinheiro da ajuda para as super auto-estradas e portos pesqueiros industriais, que haviam enfrentado tanta resistência antes da catástrofe. “Enxergamos essa agenda econômica como um desastre ainda maior do que o tsunami, e foi por isso que lutamos tanto para evitá-la antes, e a derrotamos nas eleições”, disse-me Sarath Fernando, um ativista pelo direito à terra do Sri Lanka. “Mas agora, apenas três semanas depois do tsunami, eles nos dão o mesmo plano. É óbvio que eles tinham tudo pronto antes.”

Washington apoiou a força-tarefa com o tipo de ajuda para reconstrução que já tinha se tornado familiar no Iraque: megacontratos para suas próprias companhias. A CH2M Hill, gigante de engenharia e construção do Colorado, foi agraciada com 28,5 milhões de dólares para supervisionar outros grandes contratantes no Iraque. Apesar de seu papel central no fiasco da reconstrução de Bagdá, a empresa recebeu um contrato adicional de 33 milhões

* Fernando é o cabeça do Movimento pela Reforma da Terra e da Agricultura (MONLAR), uma coalizão de ONGs do Sri Lanka, que começou a demandar “um processo de reconstrução popular” imediatamente após o desastre.

de dólares no Sri Lanka (depois aumentado para 48 milhões de dólares), basicamente para trabalhar em três portos de águas profundas para frotas pesqueiras industriais e para construir uma nova ponte para a Baía de Arugam, parte do plano destinado a transformar a cidade num “paraíso turístico”.²² Esses dois programas — implementados em nome do alívio para o tsunami — foram desastrosos para as principais vítimas do desastre, que pegavam os seus peixes com redes, as quais os hotéis não queriam mais ver na praia. Como disse Kumari: “Não é só que a ‘ajuda’ não está ajudando, é que está machucando.”

Quando lhe perguntei por que o governo dos Estados Unidos estava gastando seu dinheiro de ajuda em projetos que promoviam o deslocamento forçado dos sobreviventes do tsunami, John Varley, diretor do Programa de Competitividade da USAID, explicou que “não se quer restringir a ajuda para que chegue apenas às vítimas do tsunami. (...) Que seja em benefício de todo o Sri Lanka; que possa contribuir para o crescimento”. Varley comparou o plano a um elevador num edifício muito alto: na primeira viagem, este leva um grupo de passageiros até o topo, onde criam riqueza que permite ao elevador descer e pegar mais pessoas. As criaturas que esperam no chão devem saber que o elevador voltará para buscá-las também — finalmente.

O único dinheiro que os Estados Unidos estavam gastando diretamente com os pescadores de pequeno porte era uma verba de um milhão de dólares, para “melhorar” os abrigos temporários em que eles estavam sendo armazenados, enquanto as praias iam sendo reorganizadas.²³ Era uma boa indicação de que os abrigos iguais a latas de sardinha eram temporários apenas no nome; e estavam mesmo destinados a se tornarem favelas permanentes — que marcam as grandes cidades do Sul global. Não há grandes lenitivos para ajudar as pessoas que vivem nessas favelas, é claro, mas as vítimas do tsunami deveriam ser diferentes. O mundo assistiu ao vivo, pela televisão, a perda de suas casas e meios de vida, e a imprevisibilidade de seu destino provocou um sentimento visceral, global, de que o que havia sido perdido precisava e merecia ser recuperado — não por meio de truques econômicos, mas diretamente, com ajuda de corpo a corpo. No entanto, o Banco Mundial e a USAID compreenderam uma coisa que nos escapou quase por completo: em pouco tempo, a especificidade dos sobreviventes do tsunami desapareceria e eles seriam integrados aos bilhões de pobres sem rostos do mundo inteiro, muitos dos quais já vivem em barracos de lata, sem água. A proliferação desses barracos se tornou uma característica tão aceitável da economia global quanto a explosão dos hotéis com diárias de oitocentos dólares.

Num dos campos do interior mais desolados, na costa sudoeste do Sri Lanka, eu conheci uma jovem mãe chamada Renuka, arrebatadoramente bela, mesmo em farrapos,

que aguardava, junto a outras pessoas, o elevador de Varley. Sua filha mais nova tinha seis meses de idade, e nascera dois dias após o tsunami. Renuka juntou forças sobre-humanas para pegar seus dois meninos e correr, grávida de nove meses e com água até o pescoço, para longe da onda. Ainda assim, depois desse feito extraordinário de sobrevivência, ela e sua família estavam agora, silenciosamente, passando fome num pedaço árido de terra no meio do nada. Duas canoas doadas por uma ONG bem-intencionada compunham uma triste visão: a três quilômetros da água, e sem sequer uma bicicleta para fazer o transporte, elas nada mais eram do que a lembrança cruel de uma vida anterior. Renuka nos pediu para levar uma mensagem a todos que estavam tentando ajudar os sobreviventes do tsunami. “Se você tiver alguma coisa para mim”, disse ela, “coloque na minha mão”.

A onda mais ampla

O Sri Lanka não foi o único país abatido por essa segunda onda — histórias semelhantes de apropriação da terra e da lei aconteceram na Tailândia, nas Maldivas e na Indonésia. Na Índia, sobreviventes do tsunami de Tamil Nadu se viram abandonados em tal estado de miséria, que 150 mulheres foram levadas a vender seus rins para comprar comida. Um voluntário explicou ao *Guardian* que o governo do Estado “preferiu que a costa fosse utilizada para a construção de hotéis, mas o resultado é um povo desesperado”. Todos os países afetados pelo tsunami impuseram “zonas amortecedoras”, que impediram os moradores das vilas de reconstruir a costa, deixando a terra livre para o crescente desenvolvimento. (Em Aceh, Indonésia, as zonas tinham dois quilômetros de largura, embora o governo tivesse sido forçado, finalmente, a suspender o edito.)²⁴

Um ano após o tsunami, a respeitada ONG ActionAid, que monitora o gasto do dinheiro de ajuda estrangeiro, publicou os resultados de um extensivo levantamento de cinquenta mil sobreviventes do desastre, em cinco países. Os mesmos padrões se repetiram em todos os lugares: os moradores foram impedidos de reconstruir, mas os hotéis receberam grandes incentivos; os campos temporários se tornaram currais miseráveis militarizados, e quase nenhuma reconstrução permanente foi realizada; modos de vida inteiros estavam sendo extintos. O relatório concluiu que os obstáculos não poderiam ser vencidos, em razão dos vilões habituais de falta de comunicação, carência de recursos para investimento e corrupção. Os problemas eram estruturais e propositais: “Os governos fracassaram totalmente em sua responsabilidade de prover terra para a construção de moradias permanentes”, arrematava o texto

do relatório. “Permitiram ou foram cúmplices, enquanto a terra estava sendo apropriada e as comunidades costeiras iam sendo deslocadas em benefício dos interesses comerciais.”²⁵

Quando se tratou do oportunismo pós-tsunami, contudo, nenhum lugar se compariou às Maldivas, talvez o menos compreendido de todos os países afetados. Ali, o governo não ficou satisfeito apenas com a retirada das pessoas pobres da costa — usou o tsunami para tentar tirar seus cidadãos da maior parte das zonas habitáveis do país.

As Maldivas, que compõem um arquipélago de aproximadamente duzentas ilhas inabitadas no litoral da Índia, são uma república turística, do mesmo modo que certos países da América Central costumavam ser chamados de repúblicas de bananas. Seu produto de exportação não são frutas tropicais, mas lazer tropical, sendo que 90% das receitas governamentais, espantosamente, provêm de balneários de férias.²⁶ O lazer vendido pelas Maldivas é do tipo especialmente decadente, atraente. Cerca de uma centena de suas ilhas são “ilhas *resorts*”, terrenos cobertos de vegetação exuberante, cercados de auréolas de areia branca, inteiramente controlados por hotéis, linhas marítimas transatlânticas e indivíduos abastados. Algumas estão arrendadas por cinquenta anos. As mais luxuosas das ilhas Maldivas se dedicam a uma clientela de elite (Tom Cruise e Kate Holmes, em sua lua-de-mel, por exemplo), que é atraída não apenas pela beleza e pelos mergulhos, mas pela promessa de total reclusão que somente ilhas privadas podem oferecer.

Com uma arquitetura “inspirada” nas vilas de pescadores, os *spa-resorts* competem para saber quem pode encher suas cabanas montadas sobre estacas com os aparatos mais excitantes de brinquedos e vantagens plutonômicas — equipamentos de som e vídeo da Bose Surround Sound, apetrechos para banheiros ao ar livre da Philippe Starck, lençóis tão finos que praticamente se desmancham ao menor toque. As ilhas ainda superam umas as outras na eliminação das fronteiras entre a terra e o mar — as mansões de Coco Palm foram erguidas sobre a lagoa e têm escadas de corda do deque para dentro da água, os aposentos do Four Seasons “flutuam” sobre o oceano, e o Hilton se gaba de ter o primeiro restaurante submerso, construído numa barreira de corais. Muitas suítes possuem quarto de empregada, e, numa das ilhas privativas, há um “dedicado mordomo maldivio — um ‘Thakuru’” que, durante as 24 horas do dia, toma conta de detalhes como “de que modo prefere seu martini — batido ou mexido?”. As mansões nesses *resorts* de estilo James Bond cobram diárias de até cinco mil dólares.²⁷

O homem que controla esse reino de prazer é o governante mais antigo da Ásia, o presidente Maumoon Abdul Gayoom, que subiu ao poder em 1978. Durante seu mandato, o governo colocou na prisão os líderes da oposição e foi acusado de torturar os “dissidentes”, por crimes como escrever páginas de internet contrárias à administração pública.²⁸

Com os críticos fora da vista, encarcerados nas prisões ilhéus, Gayoom e seu *entourage* ficaram livres para voltar sua atenção para os negócios do turismo.

Antes do tsunami, o governo das Maldivas tinha pensado em expandir o número de ilhas *resorts*, a fim de atender à crescente demanda por refúgios luxuosos. Contudo, enfrentou um obstáculo rotineiro: o povo. Os maldivios são pescadores de subsistência, muitos dos quais habitam vilarejos tradicionais espalhados pelos atóis das ilhas. Esse tipo de vida criava alguns desafios, porque o charme rústico de observar os peixes sendo descamados na praia, definitivamente, não era o cenário das Maldivas. Muito antes do tsunami, o governo de Gayoom vinha tentando convencer seus cidadãos a mudar para um punhado de ilhas maiores e mais populosas, que os turistas raramente visitam. Naqueles lugares, eles teriam melhor proteção contra a subida das águas causada pelo aquecimento global. No entanto, foi difícil até mesmo para um regime repressor arrancar dezenas de milhares de pessoas de suas ilhas ancestrais, e o programa de “consolidação populacional” acabou sendo muito malsucedido.²⁹

Após o tsunami, o governo de Gayoom anunciou, de imediato, que o desastre havia provado que muitas ilhas eram “inseguras e inadequadas à moradia” e deslançou um programa de realocação mais agressivo do que os anteriores, declarando que qualquer pessoa que desejasse obter ajuda estatal, para recuperação do desastre, deveria se mudar para uma das cinco “ilhas seguras” discriminadas.³⁰ Toda a população de diversas localidades já tinha sido evacuada e ainda havia mais em curso, liberando, de modo conveniente, mais terra para o turismo.

O governo maldivio argumenta que o Programa Ilha Segura, apoiado e financiado pelo Banco Mundial e outras agências, tem sido direcionado pela demanda popular de viver em “ilhas maiores e mais seguras”. No entanto, muitos ilhéus dizem que preferiam ter ficado em sua terra natal, caso a infra-estrutura tivesse sido restaurada. Como afirmou a ActionAid: “O povo fica sem escolha, pois a mudança é uma pré-condição para obter ajuda de moradia e subsistência.”³¹

O fato de que a preocupação governamental tenha se evaporado diante de todos os hotéis construídos com arquitetura precária, na parte baixa das ilhas, conferiu ainda mais cinismo à argumentação apoiada na idéia de segurança. Não só os *resorts* ficaram isentos da evacuação de proteção, como também, em dezembro de 2005, um ano após o tsunami, o governo de Gayoom anunciou que 35 novas ilhas estavam disponíveis para serem arrendadas a *resorts*, por mais cinquenta anos.³² Enquanto isso, nas ilhas chamadas de seguras, o desemprego crescia assustadoramente, e a violência explodia entre os recém-chegados e os antigos habitantes.

Valorização imobiliária militarizada

Num certo sentido, o segundo tsunami foi apenas uma dose particularmente chocante da terapia de choque econômico: a tempestade fez um trabalho tão efetivo de limpeza das praias, que o processo de deslocamento e valorização imobiliária, normalmente realizado ao longo de anos, ocorreu em questão de dias ou semanas. O que se viu foram centenas de milhares de pessoas, de pele marrom-escura (os pescadores qualificados como “improdutivos” pelo Banco Mundial), sendo removidas contra sua vontade para dar lugar aos ultra-ricos, na maior parte de pele clara (os turistas de “renda elevada”). Os dois pólos econômicos da globalização, que parecem viver não em países, mas em séculos diferentes, foram colocados em conflito, subitamente, por causa de pedaços da orla marítima, uns reclamando o direito de trabalhar, outros defendendo o direito de se divertir. A valorização imobiliária militarizada, garantida pelas armas da polícia local e da segurança privada, era luta de classes na praia.

Alguns dos choques mais diretos aconteceram na Tailândia, para onde, 24 horas após a onda, os incorporadores imobiliários enviaram guardas de segurança privada armados, a fim de colocar cercas nas terras que eles cobiçavam para os *resorts*. Em alguns casos, os guardas nem sequer deixaram os sobreviventes procurarem, dentro de suas antigas propriedades, os corpos de seus filhos.³³ O grupo denominado Sobreviventes e Voluntários do Tsunami na Tailândia foi rapidamente formado para enfrentar as apropriações de terra. Numa de suas primeiras declarações, foi afirmado que, para “políticos e homens de negócios, o tsunami foi uma resposta às suas preces, pois deixou aquelas áreas costeiras literalmente limpas das comunidades que antes ficavam no caminho de seus planos para *resorts*, hotéis, cassinos e criações de camarão. Para eles, toda essa orla marítima agora é terra aberta!”³⁴

Terra aberta. Nos tempos coloniais, isso era uma doutrina quase legal — *terra nullius*. Se a terra fosse declarada vazia ou “desperdiçada”, podia ser tomada e seu povo eliminado sem remorso. Nos países abatidos pelo tsunami, a idéia de terra aberta foi reforçada com essa feia ressonância histórica, que evocou riqueza roubada e tentativas violentas de “civilizar” os nativos. Nijam, um pescador que conheci na praia, na Baía de Arugam, não via diferenças reais. “O governo acha nossas redes e nossos peixes feios e incômodos e por isso nos quer fora das praias. Para agradar os estrangeiros, está tratando seu próprio povo como se fosse incivilizado.” Ao que parecia, o entulho era a nova *terra nullius*.

Quando conheci Nijam, ele estava com um grupo de pescadores que acabara de voltar do mar, e seus olhos estavam avermelhados pela água salgada. Assim que mencionei o plano governamental de mudar os pescadores de barcos pequenos para outra praia,

muitos deles ergueram suas facas de descamar peixes e juraram “juntar sua gente e sua força”, para lutar por sua terra. No começo, eles disseram que apreciaram a chegada dos hotéis e restaurantes. “Mas agora”, disse um pescador chamado Abdul, “só porque demos a eles um pedaço de nossa terra, eles querem tudo”. Um outro, de nome Mansoor, apontou sobre a cabeça para as palmeiras que nos davam sombra e tinham sido fortes a ponto de agüentar o tsunami. “Foram meus tataravós que plantaram essas árvores. Por que deveríamos nos mudar para outra praia?” Um de seus parentes fez uma promessa: “Só sairemos daqui quando o mar secar.”

O fluxo de ajuda para reconstrução do tsunami deveria garantir ao Sri Lanka a chance de construir uma paz duradoura, depois de tanto sofrimento causado pela dor da perda. Na Baía de Arugam, e em toda a costa leste, parecia estar começando um novo tipo de guerra, para saber quem se beneficiaria desses financiamentos — singaleses, tâmeis ou muçulmanos — e, acima de tudo, se os verdadeiros benefícios iriam para os estrangeiros, às custas dos nativos.

Comecei a ter uma nítida sensação de *déjà vu*, como se o vento estivesse mudando e este fosse se transformar em outro país “reconstruído”, tomando o caminho da destruição perpétua. Eu tinha escutado queixas semelhantes no Iraque, um ano antes, sobre como a reconstrução favorecera os curdos e certos xiitas privilegiados. Muitos voluntários que conheci em Colombo me disseram que gostavam mais de trabalhar no Sri Lanka do que no Iraque ou no Afeganistão — aqui, as ONGs ainda eram vistas como neutras, e mesmo solidárias, e reconstrução ainda não era uma palavra suja. Mas aquilo estava mudando. Na capital, vi quadros que exibiam caricaturas rústicas de voluntários ocidentais se enchendo de dinheiro, enquanto habitantes do Sri Lanka passavam fome.

As ONGs sofreram as conseqüências da raiva contra a reconstrução, porque eram intensamente visíveis, exibindo suas marcas em qualquer superfície disponível ao longo da costa, enquanto o Banco Mundial, a USAID e os funcionários do governo que sonhavam com planos para Bali raramente saíam de seus escritórios urbanos. Era uma ironia, porque os organizadores da ajuda eram os únicos que ofereciam algum tipo de auxílio —, mas também era inevitável, pois suas ofertas eram muito inadequadas. Parte do problema advinha do fato de que o complexo de ajuda tinha ficado tão grande e tão isolado das pessoas a quem deveria servir, que os estilos de vida de seu pessoal se tornaram uma obsessão nacional no Sri Lanka. Quase todos que conheci comentaram acerca daquilo que um padre chamou de “a vida excitante da ONG”: hotéis caríssimos, mansões à beira-mar e o ímã mais fundamental para atrair a ira popular, os novíssimos veículos utilitários esportivos de cor branca. Todas as organizações de ajuda possuíam esses carros, coisas monstruosas que eram muito largas e potentes para as estradas de chão estreitas do país.

Eles passavam o dia inteiro pelos campos, obrigando todas as pessoas a comerem sua poeira e balançando suas marcas nas flâmulas ao vento — Oxfam, World Vision, Save the Children —, como se fossem visitantes de um distante Mundo das ONGs. Num país quente como o Sri Lanka, esses carros, com suas janelas pintadas e ar-condicionado barulhento, eram mais do que meios de transporte; eram microclimas rodantes.

Vendo esse ressentimento crescer, não pude deixar de imaginar quanto tempo levaria para o Sri Lanka seguir o caminho do Iraque e do Afeganistão, onde a reconstrução se assemelhava tanto à ladroagem que os voluntários se transformaram em alvos. Aconteceu logo depois que eu parti: dezessete nativos do Sri Lanka, que trabalhavam no auxílio às vítimas do tsunami para a ONG internacional Action Against Hunger, foram massacrados em seu escritório, perto de Trincomelee, uma cidade portuária da costa leste. Aquilo acendeu a fagulha de uma nova onda de lutas brutais e deteve a reconstrução que estava em curso. Muitas organizações de ajuda deixaram o país, temendo pela segurança de seu pessoal, após inúmeros outros ataques. Outras mudaram seu foco para o sul, a área controlada pelo governo, deixando as zonas do leste, que foram as mais atingidas, e o norte dominado pelos tâmeis sem auxílio. Essas decisões apenas aguçaram o sentimento de que os fundos da reconstrução estavam sendo gastos de modo injusto, especialmente depois que um estudo realizado em 2006 descobriu que, embora todos os lares atingidos pela onda estivessem em ruínas, a única exceção era o distrito eleitoral do próprio presidente, no sul, onde miraculosos 173% dos lares tinham sido reconstruídos.³⁵

Os voluntários que permaneceram no leste, próximos à Baía de Arugam, agora precisavam lidar com uma nova onda de pessoas deslocadas — centenas de milhares que foram forçadas a abandonar suas casas por causa da violência. Como noticiou o *New York Times*, trabalhadores das Nações Unidas, “que originalmente tinham sido contratados para reerguer as escolas destruídas pelo tsunami, foram redirecionados, a fim de construir banheiros para pessoas deslocadas pelos combates”.³⁶

Em julho de 2006, os Tigres do Tamil anunciaram que o cessar-fogo estava oficialmente suspenso; a reconstrução tinha acabado e a guerra estava de volta. Menos de um ano depois, mais de quatro mil pessoas haviam sido assassinadas nas lutas que sucederam o tsunami. Apenas uma fração dos lares destruídos pela onda tinha sido reerguida em toda a costa leste, mas, entre as novas estruturas, centenas estavam furadas com buracos de bala, janelas recém-instaladas estavam estilhaçadas pelos explosivos, e telhados novíssimos tinham sido detonados.

É impossível dizer até que ponto a decisão de usar o tsunami como oportunidade para o capitalismo de desastre contribuiu para o retorno da guerra civil. A paz sempre fora precária, e havia má-fé em todos os lados. Contudo, uma coisa era certa: se a paz fincasse

raízes no Sri Lanka, precisaria suplantiar os benefícios da guerra, inclusive os proveitos econômicos tangíveis que resultam de uma economia de guerra, na qual o Exército toma conta das famílias de seus soldados e os Tigres do Tamil cuidam das famílias de seus combatentes e homens-bomba.

O enorme afluxo de generosidade posterior ao tsunami guardou a rara oportunidade de um genuíno dividendo de paz — os recursos para imaginar um país mais equânime, para consertar comunidades devastadas, de modo a reconstruir a confiança, junto com a recuperação dos prédios e estradas. Em vez disso, o Sri Lanka (como o Iraque) recebeu aquilo que o cientista político da Universidade de Ottawa, Roland Paris, denominou de “uma penalidade de paz” — a imposição de um modelo econômico implacável e combativo, que tornou a vida mais difícil para a maioria das pessoas, no exato momento em que o que elas mais precisavam era reconciliação e diminuição das tensões.³⁷ Na verdade, a espécie de paz que foi oferecida ao Sri Lanka foi o seu próprio tipo de guerra. A violência contínua era a promessa de terra, soberania e glória. O que foi ofertado pela paz das corporações, além da falta de terra, no curto prazo, e do elevador de John Varley, no longo prazo?

Em todos os lugares em que a Escola de Chicago triunfou, ela criou uma subclasse permanente formada por cerca de 25% a 60% da população. É sempre um tipo de guerra. Todavia, quando esse modelo econômico de desapropriação em massa e eliminação de culturas, organizado como uma operação de guerra, é imposto a um país que já está arruinado pelo desastre e ferido pelo conflito étnico, os perigos são ainda maiores. Como Keynes argumentou, há muitos anos, existem conseqüências políticas nesse tipo de paz punitiva — inclusive a eclosão de guerras ainda mais sangrentas.

NOTAS DO CAPÍTULO 19

- ¹ Seth Mydans, "Builders Swoop in, Angering Thai Survivors", *International Herald Tribune* (Paris), 10 de março de 2005.
- ² ActionAid International et al., *Tsunami Response: A Human Rights Assessment*, janeiro de 2006, página 13, www.actionaidusa.org.
- ³ *Sri Lanka: A Travel Survival Kit* (Victoria, Austrália: Lonely Planet, 2005), 267.
- ⁴ John Lancaster, "After Tsunami, Sri Lankans Fear Paving of Paradise", *Washington Post*, 5 de junho de 2005.
- ⁵ Departamento Nacional de Planejamento Físico, *Arugam Bay Resource Development Plan: Reconstruction Towards Prosperity*, Relatório Final, páginas 4, 5, 7, 18, 33, 25 de abril de 2005; Lancaster, "After Tsunami, Sri Lankans Fear Paving of Paradise".
- ⁶ "South Asians Mark Tsunami Anniversary", United Press International, 26 de junho de 2005.
- ⁷ USAID/Sri Lanka, "USAID Elicits 'Real Reform' of Tourism", janeiro de 2006, www.usaid.gov.
- ⁸ *Ibid.*
- ⁹ Entrevista por e-mail com Karen Preston, diretora de relações públicas do grupo Leading Hotels of the World, 16 de agosto de 2006; Ajay Kapur, Niall Macleod e Narendra Singh, "Plutonomy: Buying Luxury, Explaining Global Imbalances", Citigroup: Industry Note, Equity Strategy, 16 de outubro de 2005, páginas 27, 30.
- ¹⁰ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, "Sri Lanka Environment Profile", National Environment Outlook, www.unep.net.
- ¹¹ Tittawella foi diretor-geral da Comissão de Reforma das Empresas Públicas do Sri Lanka, de 1997 a 2001, e, nesse período, supervisionou a privatização das companhias Sri Lanka Telecom (agosto de 1997) e Sri Lanka Air Lines (março de 1998). Depois das eleições de 2004, foi nomeado presidente e CEO da estatal Strategic Enterprises Management Agency, que prosseguiu com o projeto de privatização, com a linguagem atualizada de "parcerias público-privadas". Comissão de Reforma das Empresas Públicas do Sri Lanka, "Past Divestitures", 2005, www.perc.gov.lk; "SEMA to Revitalize Key State Enterprises", 15 de junho de 2004, www.priu.gov.lk.
- ¹² Movimento Nacional pela Terra e pela Reforma Agrária, Sri Lanka, *A Proposal for a People's Planning Commission for Recovery After Tsunami*, www.monlar.org.
- ¹³ "Privatizations in Sri Lanka Likely to Slow Because of Election Results", Associated Press, 5 de abril de 2004.
- ¹⁴ "Sri Lanka Begins Tsunami Rebuilding Amid Fresh Peace Moves", Agência France-Press, 19 de janeiro de 2005.
- ¹⁵ Movimento Nacional pela Terra e pela Reforma Agrária, Sri Lanka, *A Proposal for a People's Planning Commission for Recovery After Tsunami*, www.monlar.org; "Sri Lanka Raises Fuel Prices Amid Worsening Economic Crisis", Agência France-Press, 5 de junho de 2005; "Panic Buying Grips Sri Lanka Amid Oil Strike Fears", Agência France-Press, 28 de março de 2005.
- ¹⁶ James Wilson e Richard Lapper, "Honduras May Speed Sell-Offs After Storm", *Financial Times* (Londres), 11 de novembro de 1998; Organização dos Estados Americanos, "Honduras", *1999 National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers*, página 165, www.sice.oas.org; Sandra Cuffe, Rights Action, *A Backwards, Upside-Down Kind of Development: Global Actors, Mining and Community-Based Resistance in Honduras and Guatemala*, fevereiro de 2005, www.rightsaction.org.
- ¹⁷ "Mexico's Telmex Unveils Guatemala Telecom Alliance", Reuters, 29 de outubro de 1998; Grupo Consultivo para Reconstrução e Transformação da América Central, Banco Interamericano de Desenvolvimento, "Nicarágua", *Central America After Hurricane Mitch: The Challenge of Turning a Disaster into an Opportunity*, maio de 2000, www.iadb.org; Pamela Druckerman, "No Sale: Do You Want to Buy a Phone Company?", *Wall Street Journal*, 14 de julho de 1999.

- ¹⁸ "Mexico's Telmex Unveils Guatemala Telecom Alliance"; "Spain's Fenosa Buys Nicaragua Energy Distributors", Reuters, 12 de setembro de 2000; "San Francisco Group Wins Honduras Airport Deal", Reuters, 9 de março de 2000; "CEO-Govt. to Sell Remaining Enitel Stake This Year", *Business News Americas*, 14 de fevereiro de 2003.
- ¹⁹ Citação retirada de Eduardo Stein Barillas. "Central America After Hurricane Mitch", Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial, Davos, Suíça, 30 de janeiro de 1999.
- ²⁰ Alison Rice, Tsunami Concern, *Post-Tsunami Tourism and Reconstruction: A Second Disaster?*, outubro de 2005, página 11, www.tourismconcern.org.uk.
- ²¹ TAFREN, "An Agenda for Sri Lanka's Post-Tsunami Recovery", *Progress & News*, julho de 2005, página 2.
- ²² USAID Sri Lanka, "Fishermen and Tradesmen to Benefit from U.S. Funded \$33 Million Contract for Post-Tsunami Infrastructure Projects", *press release*, 8 de setembro de 2005, www.usaid.gov; Escritório de Responsabilidade do Governo dos Estados Unidos, *USAID Signature Tsunami Reconstruction Efforts in Indonesia and Sri Lanka Exceed Initial Cost and Schedule Estimates, and Face Further Risks*, Relatório à Comissão do Congresso, GAO-07-357, fevereiro de 2007; Departamento Nacional de Planejamento Físico, *Arugam Bay Resource Development Plan: Reconstruction Towards Prosperity*, Relatório Final, 25 de abril de 2005, página 18.
- ²³ Embaixada dos Estados Unidos, "U.S. Provides \$1 Million to Maintain Tsunami Shelter Communities", 18 de maio de 2006, www.usaid.gov.
- ²⁴ Randeep Ramesh, "Indian Tsunami Victims Sold Their Kidneys to Survive", *Guardian* (Londres), 18 de janeiro de 2007; ActionAid International et al., *Tsunami Response*, 17; Nick Meo, "Thousands of Indonesians Still in Tents", *Globe and Mail* (Toronto), 27 de dezembro de 2005.
- ²⁵ ActionAid International et al., *Tsunami Response*, 9.
- ²⁶ Agência Central de Inteligência, "Maldives", *The World Factbook 2007*, www.cia.gov.
- ²⁷ Coco Palm Dhuni Kolhu, www.cocopalm.com; Four Seasons Resort, Maldives and Landaa Giraavaru, www.fourseasons.com; Hilton Maldives Resort and Spa, Rangali Island, www.hilton.com; "Dhoni Mighili Island", Private Islands Online, www.privateislandsonline.com.
- ²⁸ Roland Buerck, "Maldives Opposition Plan Protest", *BBC News*, 20 de abril de 2007; Comissão Asiática de Direitos Humanos, "Extrajudicial Killings, Disappearances, Torture and Other Forms of Gross Human Rights Violations Still Engulf Asia's Nations", 8 de dezembro de 2006, www.ahrchk.net; Anistia Internacional, "Republic of Maldives: Repression of Peaceful Political Opposition", 30 de julho de 2003, www.amnesty.org.
- ²⁹ Ashok Sharma, "Maldives to Develop 'Safe' Islands for Tsunami-Hit People", Associated Press, 19 de janeiro de 2005.
- ³⁰ Ministério do Planejamento e do Desenvolvimento Nacional, República das Maldivas, *National Recovery and Reconstruction Plan*, segunda impressão, março de 2005, página 29, www.tsunamimaldives.mv.
- ³¹ *Ibid.*; ActionAid International et al., *Tsunami Response*, 18.
- ³² Os arrendamentos duram 25 anos, mas as letras miúdas dos contratos permitem que eles sejam estendidos para cinquenta, em determinadas estruturas de propriedade. Ministério do Turismo e da Aviação Civil, *Bidding Documents: For Lease of New Islands to Develop as Tourist Resorts* (Malé: República das Maldivas, 16 de julho de 2006), 4, www.tourism.gov.mv.
- ³³ Penchan Charoensuthipan, "Survivors Fighting for Land Rights", *Bangkok Post*, 14 de dezembro de 2005; Mydans, "Builders Swoop In, Angering Thai Survivors".
- ³⁴ Coalizão Asiática pelo Direito à Moradia, "The Tsunami in Thailand: January-March 2005", www.achr.net.
- ³⁵ Shimali Senanayake e Somini Sengupta, "Monitors Say Troops Killed Aid Workers in Sri Lanka", *New York Times*, 31 de agosto de 2006; Amantha Perera, "Tsunami Recovery Skewed by Sectarian Strife", Inter Press Service, 3 de janeiro de 2007.